

PETIÇÃO Nº 13.162 - SP (2019/0359413-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : FABIO ALEXANDRE BRAMBILLA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RODRIGO ALFREDO PARELLI - SP279667
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de petição protocolada por **FABIO ALEXANDRE BRAMBILLA DE OLIVEIRA**, objetivando que seja atribuído efeito suspensivo a recurso especial em razão do desprovimento da apelação defensiva.

Consta dos autos que o requerente foi condenado às penas de 8 (oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.283 (mil duzentos e oitenta e três) dias-multa, como incurso nos artigos 33, *caput*, c.c. o 40, VI, e 35, todos da Lei n. 11.343/06, na forma do artigo 69, *caput*, do Código Penal, sendo-lhe concedido o direito de recorrer em liberdade (e-STJ, fls. 16-22). Inconformado, interpôs apelação, que restou desprovida, com determinação de início de execução provisória da pena (e-STJ, fls. 23-35).

Nesta petição, sustenta o requerente, em síntese, que deve ser concedido efeito suspensivo em razão da possibilidade de execução provisória da pena e do recente entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Requer, portanto, a concessão do efeito suspensivo ao recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 1.029, § 5º, I, do CPC/2015, o pedido de efeito suspensivo será apreciado por esta Corte "no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo". No mesmo sentido, os enunciados das Súmulas 634 e 635 do Supremo Tribunal Federal, aplicáveis por analogia.

Excepcionalmente, pode-se analisar a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial pendente de admissibilidade, desde que evidenciada a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Inicialmente, ressalte-se que não há como aferir a eventual plausibilidade do recurso interposto, visto que o requerente não acostou aos autos a cópia do alegado recurso especial e da certidão de publicação do acórdão.

Ademais, verifica-se de fl. 36 (e-STJ) que o Juízo sentenciante consulta o Tribunal *a quo* sobre como proceder em relação ao mandado de prisão em decorrência do novo entendimento perfilhado pelo Supremo Tribunal Federal sobre a execução provisória da pena.

No caso, em princípio, não se vislumbra a presença dos requisitos autorizadores da concessão da tutela requerida.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o pedido de tutela formulado nesta petição.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS – Relator